

A CONTRIBUIÇÃO DO COMÉRCIO INFORMAL NAS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS E SOCIAIS NO MEIO RURAL NA PROVÍNCIA DE INHAMBANE. (1990-2014)

THE CONTRIBUTION OF INFORMAL TRADE IN
ECONOMIC AND SOCIAL TRANSFORMATIONS IN
RURAL AREAS IN INHAMBANE PROVINCE. (1990-2014)

RESUMO: Neste artigo são descritas as principais transformações sociais e econômicas no meio rural de alguns distritos da província de Inhambane, nomeadamente, Homoine, e Massinga, originadas pela prática do comércio informal de mulheres para a África do Sul. Na sua descrição são apresentados aspectos como a motivação para a prática desta atividade, os principais factores que influenciam a sua prática, a contribuição da atividade para as transformações econômicas e sociais, no meio rural das áreas estudadas e, sobretudo a mudança do padrão das relações entre os dois países que historicamente foram marcadas pelas contratações para as minas de ouro desde os finais do sec. XIX. Para o seu desenvolvimento recorreu-se a métodos como observação direta e história de vida.

Victor Simões Henrique

PALAVRAS-CHAVE: Comércio Informal; Migrações; Transformações Sociais; Transformações Econômicas.

ABSTRACT: In this article entitled: The contribution of informal trade in economic and social transformations in rural areas in Inhambane Province. (1990-2014), I describe the main social and economic transformations in the rural environment of some districts of the province of Inhambane, namely, Homoine, and Massinga, originated by the practice of informal trade of women to South Africa. aspects such as the motivation to practice this activity, the main factors influencing its practice, the activity's contribution to economic and social transformations in the rural areas of the studied areas and above all the change in the pattern of relations between the two countries, which historically they have been marked by contracts for the gold mines since the end of the 19th century. For its development, i resorted to methods such as direct observation, life history.

Editor-Gerente
[Ivaldo Marciano de França Lima](#)

KEYWORDS: Informal Trade; Migrations; Social Transformations; Economic Transformations.

A CONTRIBUIÇÃO DO COMÉRCIO INFORMAL NAS TRANSFORMAÇÕES ECONÓMICAS E SOCIAIS NO MEIO RURAL NA PROVÍNCIA DE INHAMBANE. (1990-2014)

Victor Simões Henrique ¹

Este artigo aborda um dos temas centrais da História Económica e Social do Sul de Moçambique, desde o período da implementação da economia liberal, mediante a adoção do PRE² em 1987, avançando para a aprovação da Constituição Democrática e Multipartidária em 1990, que se enquadra no âmbito das reformas impostas desde a aderência de Moçambique às instituições do *Breton Woods*. A transição da economia, centralmente planificada, para uma economia do mercado, abriu grande espaço para a intervenção de indivíduos singulares nas atividades económicas, e muito particularmente o comércio informal transfronteiriço realizado por mulheres em grande número e alguns homens no sul de Moçambique.

O seu desenvolvimento responde algumas perguntas que ajudam a percepção do tema em estudo, tais como:

- Origem da atividade do comércio transfronteiriço na área de estudo.
- Quem são os envolvidos no comércio transfronteiriço?
- Que razões explicam a sua preferência por esta atividade?
- Para os comerciantes transfronteiriços informais, esta é uma atividade temporária ou permanente?
- Quais são as principais dificuldades e oportunidades que a atividade de comércio transfronteiriço lhes proporciona?
- De que forma sua participação na atividade comercial transfronteiriça influencia nas suas relações sociais?

Na sua elaboração, recorreu-se à observação direta, mediante a deslocação do pesquisador para alguns locais onde esta atividade é praticada com regularidade, em alguns distritos da província de Inhambane, nomeadamente Homoine, e Massinga, sendo que a natureza da pesquisa não consistiu no estudo da atividade comercial transfronteiriça dentro dos limites administrativos. Na verdade, o estudo foi realizado em função da área geográfica abrangida pela prática da atividade. Paralelamente à observação direta, foram realizadas entrevistas

¹ Docente de História de África na Universidade Save-Sede. Mestre em Ciências Políticas e Estudos Africanos pela Universidade Pedagógica de Maputo, e Doutorando em História Moderna e Contemporânea de África pela Universidade Pedagógica de Maputo. hvictorsimoes@yahoo.com

semiestruturadas com alguns intervenientes nesta atividade, visando buscar as suas experiências, expectativas sobre a atividade, assim como o recurso às histórias de vida que permitiram perceber a contribuição desta atividade como fator catalisador de transformações sociais e econômicas que ocorrem nas suas famílias e no meio rural onde vivem.

Para além das entrevistas realizadas aos intervenientes diretos (comerciantes informais), foi possível conversar com alguns transportadores dos comerciantes que operam na rota Joanesburgo-província de Inhambane (para os distritos de Massinga e Homoine) por se tratarem de intervenientes muito importantes nas viagens, pois além do domínio sobre as rotas seguidas no âmbito da atividade, nomeadamente o conhecimento dos mercados ou locais onde se efetuam as compras dos mais variados produtos transacionados, os locais de hospedagem, os transportadores tem sido muito preponderantes na facilitação da travessia dos comerciantes que ainda não possuem documentos, em colaboração com os facilitadores (*marianes*) localizados junto à fronteira de Ressano-Garcia, assim como com as autoridades policiais dentro do território sul-africano, pelo que os seus depoimentos são indispensáveis para a melhor compreensão desta atividade.

2. A prática do comércio informal transfronteiriço nos locais de estudo e as Transformações sociais

A prática da atividade informal tem tendências de ser dominada maioritariamente por mulheres, sobretudo jovens que não tendo muitas opções de ocupação de acordo com as respostas obtidas ao longo das entrevistas, mostrando que a mulher rural esta em fase da quebra das velhas relações sociais em que era considerada fada do lar (JAIROCE, 2016), procriadora e dependente do seu esposo (MAYISELA, 2015), produtora de alimentos, pela pratica da agricultura (CRUSH, 1999), e passa a ter um posicionamento tendente a igualdade nas relações sociais, devido ao seu papel ativo na provisão de recursos.

Devido às características da atividade por elas praticadas, que de certa forma as tornam ausentes das suas famílias por causa do tempo que usam nas viagens, os dados buscados no local de estudo tendem a apresentar características comuns, a exemplo do caso de muitas das comerciantes serem solteiras, divorciadas, pois, para algumas não faz muito sentido que, tendo maridos que são funcionários públicos e que recebem uma vez no fim de cada mês, tenham que continuar na dependência, mesmo sabendo da existência de atividades que as possam auxiliar na busca de rendimentos para o sustento familiar, pelo que há um número considerável de

² Programa de Reajustamento Estrutural, introduzido no ambito das negociacoes para adesão de Moçambique ao financiamento das Instituições do Breton Woods, nomeadamente, o Banco Mundial e o Fundo Monetário

entrevistados que justificaram a opção em não se casarem ou viverem maritalmente com os homens por razões de busca de mais liberdade e pouca dependência. Este argumento é reforçado por Haas (2007) ao discutir sobre a migração marroquina para a Europa ocidental, como também para países como Itália e Espanha, em que destaca o fato do seu emponderamento trazer efeitos sociais como o fato de as mulheres escaparem das leis costumeiras que as tornam dependentes e submissas aos maridos, e assim conquistam a sua independência social.

Esta atitude emancipatória das mulheres comerciantes transfronteiriças, quando a questão do casamento ou união conjugal contribui para a redução de casos de poligamia nos locais de estudo, contribui grandemente para a quebra de antigos paradigmas sociais e um contexto cada vez maior de emancipação das mulheres. Pelo exposto, e em função das respostas obtidas, notou-se haver tendências para que muitas jovens envolvidas nesta atividade sejam mães solteiras, pois na Massinga uma das entrevistadas disse que apenas precisou de homem para que lhe possa fecundar e ter filhos, e não para o casamento devido às experiências de muita dependência e limitações de movimentos a que alguns familiares e amigas casadas (ou a viver maritalmente) apresentam, e que não permite um maior empenho para o exercício da atividade comercial transfronteiriça.

Outrossim, alguns homens entrevistados consideram que ter uma esposa como comerciante informal abre espaço para muitas desavenças conjugais, pois a maior parte de tempo ela não está em condições de satisfazer o seu papel de mãe e/ou de esposa, fato que vem a coincidir com os argumentos anteriormente apresentados. Por isso, algumas entrevistadas relegam, para um plano secundário, instituições familiares muito importantes na sociedade rural, a exemplo do casamento e o lar. Quanto à questão dos divórcios e o celibato descritos anteriormente, as respostas ao questionário tendem a mostrar que estes ocorrem, sobretudo dentro da camada juvenil de idades não muito superiores aos 35 anos, de acordo com as respostas fornecidas pelos entrevistados, pois as senhoras mais velhas, e que vem praticando a atividade comercial informal desde a década de 1990, reconhecem as dificuldades de conciliar a atividade de comerciante informal de sucesso e a gestão familiar, e apesar das dificuldades, dizem que conseguem ser duas pessoas em uma só, na medida em que trabalham e cuidam das famílias, pelo que entre os indivíduos da sua faixa etária os casos de divórcio e de mães solteiras são reduzidos quando comparados com as mais jovens, tal como elucidada o seguinte depoimento de uma destas, envolvidas na atividade do comércio informal.

Internacional.

“E muito complicado assumir uma relação conjugal estável, enquanto fores trabalhadora do comércio transfronteiriço, pois, passamos muito tempo a viajar e consequentemente resta pouco tempo para cuidar do esposo”.³

Fora da instituição social do casamento que vinha sendo descrita, destaca-se um aspecto importante que influencia a estrutura social das famílias que é a aplicação de parte dos rendimentos obtidos na educação dos filhos e outros dependentes dos comerciantes informais. Esta questão resultou na constatação de exemplos da formação desde o nível primário até ao ensino superior, o que torna a atividade comercial como uma base de financiamento da educação, e que gera transformações da sociedade local, tal como uma das entrevistadas afirmou:

Com os lucros obtidos na actividade que realizo, consigo garantir o pagamento da escola dos meus dois filhos e um sobrinho, filho da minha irmã mais velha, os meus filhos estão a frequentar o ensino secundário e o meu sobrinho está no primeiro ano da Universidade em Maputo.⁴

Socialmente os praticantes do comércio informal transfronteiriço são indivíduos considerados muito bem-sucedidos, o que os tornam verdadeiros *influencers* no meio local, no qual são chamados de tios/tias ou mães devido ao grande respeito e influência que exercem, sobretudo nos mercados onde fazem as suas atividades. Uma entrevistada afirmou que a sua posição social e política era reconhecida pelas estruturas partidárias do distrito de Homoine, principalmente nos períodos eleitorais, conforme os depoimentos abaixo:

Há sempre convites para pertencermos às estruturas políticas do partido Frelimo aqui no nosso mercado, constantemente somos chamadas a participar em reuniões para mobilizarmos mais camaradas a aderirem ao partido, e no momento da campanha eleitoral trazem-nos material de propaganda para distribuímos aos outros.⁵

As transformações sociais descritas no parágrafo anterior encontram acolhimento em estudos realizados por outros autores, a exemplo de Manghezi (1983), no seu artigo *Ku Thekela: Estratégia de sobrevivência contra a fome no sul de Moçambique*, destacando o caso de Homoine em que os trabalhadores emigrantes bem sucedidos usaram parte dos seus rendimentos na construção de habitações com material convencional como tijolos, construção de cisternas, localmente designados de tanques para a captação e conservação das águas pluviais, muito importantes nos períodos de estiagem.

³ Entrevista com Cacilda Manuel realizada em no mercado central de Massinga, em 28/09/2018.

⁴ Entrevista com Veronica Pascoal, realizada no mercado informal em Homoine, aos 24/10/2018.

⁵ Entrevista com Marta Chiziane, realizada no mercado central de Massinga, aos 28/09/2018

Durante as entrevistas foi possível constatar que ao nível social os rendimentos obtidos no comércio informal são investidos na educação dos filhos e outros dependentes dos comerciantes, por meio de pagamento das propinas e outras obrigações, bem como melhoria da dieta alimentar. Isto constitui um grande ganho para a saúde dos comerciantes, pois para além da compra de mercadorias para a comercialização, trazem consigo produtos para consumo familiar, tais como carnes diversas, óleo alimentar, farinha, frangos e seus derivados, dentre outros, melhorando assim a sua nutrição e dos demais membros dos agregados familiares. Embora neste aspecto da saúde, alguns comerciantes informais acabem por contrair doenças infecciosas devido ao nível relativamente alto da exposição a que estão sujeitos, tais como a maior liberdade na escolha de parceiros, a compra de sexo durante o seu processo de estadia na África do Sul, principalmente para os homens.

Em torno do aspecto da saúde, autores como Blumberg et al (2016) destacam que algumas comerciantes informais, sobretudo as mais jovens, adotam algumas estratégias de pagamento das suas viagens e custos de transporte das suas mercadorias até a facilitação da travessia fronteiriça por meio de assédio sexual aos motoristas e as autoridades fronteiriças (agentes alfandegários e da migração). Isto lhes coloca em riscos de doenças sexualmente transmissíveis, chegando a ficarem estigmatizadas socialmente e nomeadas de prostitutas.

Foi possível ainda perceber que a maior parte dos envolvidos no comércio transfronteiriço usa os seus rendimentos para a construção de casas convencionais e cisternas para a conservação de água, principalmente no meio rural em que o processo de fornecimento desta tem tido muitas restrições. Neste aspecto, alguns investem na construção de sistemas de fornecimento de água para as comunidades locais, o que constitui outra linha de investimento comercial, aquisição de bens de prestígio como mobílias e viaturas, sendo que no aspecto destas últimas, alguns as usam para o transporte familiar e outros as compram para a geração de renda. Em relação a estas, observe-se também o caso das viaturas fechadas (mini-buses) utilizadas para o transporte semi-coletivo de passageiros, além das camionetas para transporte de materiais de construção, tais como: areias, cimento, pedra, estacas e tábuas, dentre outros. Isto contribui como alternativa de acumulação de recursos que reforçam os rendimentos obtidos pela venda de produtos no comércio informal.

A forte presença da mulher nesta atividade constitui um elemento muito importante para a compreensão das relações de gênero. Tal questão oportuniza para as mulheres uma transição social do seu estatuto de submissa e dependente do homem, algo que foi sendo construído durante longos anos por meio da teoria do patriarcado, para uma condição em que passam a dominar a esfera econômica. Assim, pode-se concluir que na busca de oportunidades de sobrevivência por meio da prática do comércio informal, a mulher está se emancipando pelo

exercício deste. O novo contexto migratório tem como destino o setor comercial dominado pelas mulheres, em oposição ao cenário anterior em que as migrações tinham como destino o setor mineiro, dominado pelos homens. Procurando trazer mais argumentos em relação ao exposto no parágrafo anterior, Dodson (1998) argumenta que a migração masculina está ligada à busca de emprego, ao passo que as mulheres emigram mais para a compra de mercadorias para a posterior venda. Por isso, os homens geralmente têm múltiplos destinos para buscar oportunidades de emprego, ao passo que as mulheres vão para cidades já identificadas. Outrossim, o trabalho realizado no campo mostrou que muitos estudos abordam a migração feminina de forma pouca profunda, ou seja, como uma categoria residual, pelo que a mulher é vista como sendo dependente dos familiares residentes na África do Sul, principalmente, os maridos, ou ainda como parte da bagagem dos trabalhadores mineiros. Contudo, atualmente, e em função dos dados colhidos no local de estudo, a prática do comércio informal transfronteiriço mostra que as mulheres estão cada vez mais independentes e são protagonistas importantes, mais do que se pensava, principalmente depois de 1994, buscando melhores condições de vida no período pós-apartheid.

Buscando mais evidências sobre as transformações sociais criadas pela prática do comércio informal, Koroma (2017) mostra que o comércio informal transfronteiriço é importante para a provisão de recursos nos locais em que é praticado, garantindo o acesso a serviços básicos, tais como, escolas, alimentação, saúde, bens de prestígio, etc. Por seu turno, Hiralal (2017) destaca que as migrações femininas constituem um processo pouco discutido no âmbito da história, mas reconhece que as mulheres são agentes importantes para as transformações sociais e econômicas, fato que foi comprovado pelas entrevistas realizadas ao longo do estudo, o que constitui uma análise feminista e virada para a feminização da emigração, procurando evidenciar o género como categoria de análise. As entrevistas mostraram ainda que a prática do comércio informal contribuiu para o avanço social das mulheres, passando de agentes passivos sociais para ativas socialmente, contribuindo deste modo para a refutação da estrutura patriarcal.

2.1 A Mudança do padrão de consumo

Em relação ao padrão de consumo no local de estudo, o comércio transfronteiriço tem uma forte influência na opção dos consumidores locais, destacando os produtos alimentares, bens de uso doméstico e até os acessórios de viaturas, tal como foi possível constatar durante a realização do trabalho de campo. A preferência pelos produtos de origem sul-africana é muito maior, sobretudo pelo fato de serem considerados genuínos e menos sujeitos a contrafacção, de tal forma que são criados estereótipos que consideram todos os produtos desta origem como os

mais duradouros e mais preferíveis, quando comparados com os que são comercializados nos estabelecimentos formais, ou no circuito informal dos cidadãos estrangeiros, principalmente de origem nigeriana, para o caso dos acessórios de viaturas. O mesmo aspecto é notório em relação à preferência pelos produtos alimentares, tais como tomate, cebola e cenoura, cujos tamanhos são a principal característica que os diferenciam dos produtos nacionais, tornando-os mais preferíveis em relação aos de produção nacional, tal como afirmou uma das comerciantes entrevistadas:

Eu sempre comercializo produtos agrícolas adquiridos na África do Sul, pois a maior parte dos consumidores prefere a batata-reno importada, devido ao seu tamanho e sabor, comparativamente ao que é produzida localmente, sem muitos cuidados durante a sua produção, o que não a torna muito saborosas quanto as produzidas na África do Sul.⁶

A preferência pelos produtos sul-africanos apresenta-se como um fator de concorrência aos esforços governamentais de incentivar a produção nacional, mediante a alocação de recursos humanos e financeiros para o incremento da produção. Alguns artigos, como mobílias diversas, roupas femininas e masculinas são outros produtos que justificam a preferência pelos artigos de origem sul-africana em relação aos nacionais ou importados da China, por serem considerados de qualidades relativamente inferiores e menos resistentes. Este aspecto é traduzido em algumas expressões, tais como: *Made in China*, traduzida literalmente, significa produzido na China e “é sinónimo de pouco durável e conseqüentemente de menor prestígio, quando comparados com os produzidos na África do Sul”. Destaca-se o fato da maior parte dos produtos *Made in China* estarem no circuito comercial formal, como resultado das importações feitas do continente asiático, realizadas pelos comerciantes formais, sobretudo indianos, ao passo que a maior parte dos produtos considerados originais e genuínos circula no setor informal, por meios dos comerciantes informais transfronteiriços, ou no setor formal mediante o processo da formalização do informal, referido anteriormente.

2.2 O desenvolvimento de rede de solidariedade entre os comerciantes informais transfronteiriços

Durante a realização do trabalho de campo foi possível constatar que a rede de solidariedade desenvolvida entre os comerciantes informais é bastante forte, principalmente na realização das viagens de Moçambique para a África do Sul, para a aquisição das mercadorias comercializadas. No mercado municipal da vila da Massinga, uma entrevistada disse:

⁶ Entrevista com a comerciante informal Ironidina Carlos, realizada no mercado informal em Homoine, aos 22/10/2018.

Quando um indivíduo viaja sozinho, gasta muito dinheiro em despesas pessoais e em subornar os agentes alfândegários, durante o trajeto, ao passo que quando vamos em conjunto é mais fácil a negociação para a passagem dos nossos produtos, mediante a contribuição de valores monetários para o efeito, e mais, as despesas de alojamento são sempre repartidas entre os envolvidos pelo que é sempre importante viajarmos em grupo.⁷

O exposto acima é visível pelo fato de os envolvidos nunca realizarem viagens singularmente, mas em grupos que têm no mínimo três ou quatro elementos, e nas suas intervenções, afirmaram que esta estratégia de viagens coletivas facilita o processo de negociações com as autoridades policiais e alfandegárias para o não pagamento de elevadas taxas e demais imposições aduaneiras na fronteira de Ressano Garcia, e principalmente, nos postos de fiscalizações ao longo da viagem, mediante a contribuição de valores monetários para o efeito, algo que seria bastante oneroso e difícil, caso se tratasse de viagem realizada individualmente.

A matéria descrita acima me permitiu constatar que nas viagens transfronteiriças, desenvolvem-se laços de solidariedade bastante fortes entre os envolvidos. Outro aspecto que foi possível constatar no âmbito da construção dos laços de solidariedade entre os comerciantes transfronteiriço é a realização de créditos rotativos (*xitique*) entre os envolvidos, que consiste numa forma de poupança com base numa periodicidade e valores previamente acordados. A estratégia de realização de *xitique* entre os comerciantes informais permite o seu empoderamento, e foi citado como uma das formas de financiamento para muitos envolvidos na atividade do comércio informal transfronteiriço.

2.3. De *Magaiza* a *Mukherista*

Durante a realização do trabalho de campo foi possível constatar algumas transformações no uso de expressões ligadas à atividade transfronteiriça, destacando-se o fato de que no período do padrão ouro (em que o movimento transfronteiriço era orientado para a procura de emprego nas minas de ouro), os emigrantes eram localmente conhecidos como *magaizas*, e no contexto atual, em que o padrão é o comércio informal, a designação dos envolvidos (comerciantes informais) é de *mukherista*, em alusão a prática do *mukhero*, que é a atividade de compra de produtos na África do Sul para a posterior comercialização em Moçambique.

Algumas diferenças básicas entre os *magaizas* e os *mukheristas* consistem no tempo de permanência na África do Sul. Os primeiros permaneciam por muito tempo em território sul-africano, que em geral variava entre os 12 a 18 meses de cumprimento dos seus contratos nas

⁷ Entrevista com Deolinda Mathe, realizada no mercado central da Massinga, no dia 28/10/2018.

empresas mineiras, ao passo que o tempo de permanência dos segundos dificilmente ultrapassa uma semana, muitas vezes justificado pela necessidade de entregar as encomendas aos clientes. Outra característica que marca a diferença entre as duas categorias é a atividade de rendimento que cada grupo pratica na África do Sul. Os *mukheristas* se dedicam a realização do comércio informal, e os *magaizas* se dedicam ao trabalho nas minas da África do sul.

O vocabulário transfronteiriço tem as marcas bem evidentes, e foram constatadas durante a realização do trabalho de campo, no qual foi possível ouvir o uso de expressões como: *baizane*, para se referir a um indivíduo atrapalhado, devido ao comportamento que demonstram quando estão na posse de elevadas somas de valores monetários, acumulados durante a sua estadia na África do Sul e a forma como reagem quando são interpelados pelos agentes policiais e alfandegários. Outra expressão que merece destaque é *Deliver*: em alusão aos transportadores, geralmente os condutores dos transportes semicoletivos de passageiros e que são elementos muito importantes na prática desta atividade, pelo fato de serem conhecedores do *ethos* transfronteiriço.

3. Antiga tradição migratória e o surgimento de novos elementos sociais pela prática do comércio informal.

Apesar da migração de moçambicanos para a África do Sul ter iniciada por volta de 1850 (HARIES, 1994), ao longo do tempo foi se aperfeiçoando, tomando novos rumos e atores, como foi descrito ao longo de todo o trabalho, em que foram destacados vários elementos, tais como o fato da migração masculina estar ligada a busca de emprego e a das mulheres ser dominada por aquelas que vão comprar mercadorias para posterior comercialização no circuito informal. Por isso, os homens geralmente têm múltiplos destinos para buscar oportunidades de emprego, ao passo que as mulheres vão para cidades já identificadas para efetuarem as suas compras (DODSON, 1998). A principal mudança que se verifica no novo contexto migratório é a presença de muitas mulheres envolvidas, e que migram por imperativos da prática da atividade comercial, contrastando com a situação anterior em que o maior número de emigrantes era de homens destinados ao setor mineiro. Ao longo das entrevistas efetuadas na área de estudo, foi possível constatar ainda que, apesar da maior percentagem dos comerciantes informais serem portadora de passaportes, há um considerável número de comerciantes que viaja para a África do Sul sem ser portador deste documento, o que os torna muito vulneráveis às extorsões cometidas pelas autoridades policiais tanto em Moçambique quanto na África do Sul.

Quanto ao processo de travessia sem passaporte, importa destacar que a sua concretização é assegurada por uma rede clandestina de indivíduos posicionados antes da entrada na área da

fronteira de Ressano Garcia, e que atuam em estreita colaboração com os condutores dos transportes semicoletivos, ou mesmo de viaturas particulares, apesar dos primeiros serem os mais destacados. Os facilitadores de travessia sem a posse de passaporte são designados *marianes*,⁸ cuja tarefa principal é angariar passageiros sem documentos e a sua posterior facilitação para a travessia fronteiriça sem correrem muitos riscos, pois em coordenação clandestina com os agentes (guardas fronteiriços e polícias de fronteira da África do Sul) os *marianes* conduzem os seus clientes do lado de Moçambique até ao território sul-africano, num local aparentemente seguro e livre do controle das autoridades. No prosseguimento da viagem em território sul-africano, o processo de extorsão pela falta de documentos (passaportes) continua até chegar ao local do destino, num processo que pode tomar dois rumos. O primeiro consiste no acordo com o condutor do semicoletivo para que seja ele a negociar a viagem desde a fronteira até ao destino, sendo para tal necessário o pagamento de um valor relativamente elevado do bilhete de viagem, que varia entre os 800 até 1000 *randes*, contra os 400 *randes* do custo normal para um passageiro documentado.

O pagamento de uma taxa elevada visa cobrir as despesas com os agentes da polícia no território sul-africano. Geralmente, os passageiros envolvidos são os que efetuam as primeiras viagens, ou os que vão individualmente à procura de oportunidades de emprego na África do Sul, ou para visitas a familiares, ao passo que os mais experimentados nas viagens preferem a negociação direta com os agentes nas fronteiras e ao longo do percurso vão pagando valores que variam de 10 até 50 *randes* sempre que são interpelados pelos agentes da polícia, o que nas suas palavras torna a viagem menos onerosa do que o caso anterior. Importa destacar que na voz dos condutores entrevistados, o processo negocial para a travessia mais rápida e eficiente para os comerciantes informais sem passaportes é aquele que é feito por eles, com a colaboração dos *marianes* e as autoridades policiais sul-africanas, pois evita muitas paragens na fronteira. Quando os passageiros são os responsáveis pela negociação, normalmente ocorrem chantagens dos agentes policiais, que chegam a concentrar muitos viajantes “indocumentados” em compartimentos muito pequenos nas instalações fronteiriças, visando pressioná-los a fazerem desembolsos de valores monetários que variam entre 10 a 20 *randes*, o que prejudica a flexibilidade das viagens.

4. Transformações económicas.

⁸ Angariadores de emigrantes que não possuem passaportes, e que os introduzem na África do sul seguindo esquemas fraudulentos e que o fazem com a colaboração das autoridades policiais dos dois países.

A participação das mulheres nas atividades do comércio informal conduz a um processo de várias transformações econômicas no meio rural, sendo que com base na observação realizada no local de estudo, complementada pelas entrevistas, foi possível constatar que o comércio transfronteiriço constitui uma estratégia de sobrevivência econômica, providenciando alimentos, ocupação da mão-de-obra local, segurança alimentar, aquisição de recursos financeiros e abertura de novos mercados para a comercialização de vários produtos. Outra transformação econômica muito importante causada pelo comércio transfronteiriço informal é a crescente transição de uma economia formal (baseada nas remessas dos trabalhadores mineiros e no comércio formal de comerciantes registrados, e que pagam impostos pelo exercício da atividade comercial) para uma economia informal, baseada no comércio de produtos importados da África do Sul, sendo que inevitavelmente conduz a passagem da mulher da agricultura para a venda de produtos agrícolas, vestuários, produtos de beleza, mobília, vestuário, entre vários outros. Assim, verifica-se no meio rural a mudança dos padrões de acumulação, que antigamente eram baseados nos salários dos trabalhadores nacionais e nas remessas dos trabalhadores das minas da África do Sul, para uma acumulação baseada nos rendimentos obtidos pela prática do comércio informal, o que se enquadra no processo descrito por Haas (2007), que destaca a concentração das atividades econômicas nos centros urbanos, principalmente nas regiões com grande número de emigrantes, o que promove o surgimento das elites femininas ligadas ao comércio informal em substituição das elites masculinas ligadas ao trabalho das minas.

4.1 O Aparecimento de Livre-Cambistas no meio rural

Uma das características do comércio informal transfronteiriço é o uso da moeda sul-africana, o *Rand*, para a realização das compras das mercadorias, e o pagamento dos outros serviços na África do Sul, tais como alojamento, alimentação e transporte. Pelo fato de nos locais de estudo não existir nenhuma casa de câmbios em que possa ocorrer a conversão da moeda, esta ocorre informalmente e é assegurada por indivíduos que se dedicam a conversão da moeda sul-africana. Mediante a prática de taxas de câmbio arbitrárias, devido a grande demanda ou não pela moeda sul-africana, nos períodos de forte procura as taxas tendem a subir, e se verifica a descida do valor do câmbio no período de menor procura, devido a maior disponibilidade da moeda sul-africana em circulação no território nacional. Os períodos de maior circulação das moedas estrangeiras nos locais de estudo correspondem aos meses de abril, por ocasião da celebração da Páscoa, e dezembro, mercê da entrada ao país de muitos indivíduos provenientes da África do sul.

O processo de conversão é feito informalmente por indivíduos que se dedicam a esta atividade, sobretudo jovens que circulam com elevadas somas de dinheiro em ambas as moedas (metical e *rand*), e nunca ou dificilmente apresentarem problemas de liquidez. Quando tem se verificado problemas de liquidez, os comerciantes informais se vêm forçados a efetuar a conversão da moeda na fronteira de Ressano Garcia, ou na Cidade de Maputo, onde existem outras redes muito maiores de livres cambistas. Durante a realização do trabalho do campo, os entrevistados afirmaram que este processo de conversão da moeda está sujeito a burlas, que consistem na falsificação da moeda, pelo que optam em efetuar a conversão junto a indivíduos conhecidos e identificados previamente, o que no meu entender constitui um mecanismo de estabelecimento de fortes laços de confiança entre os comerciantes e os livre-cambistas. As relações de confiança estabelecidas entre ambos são muito importantes em períodos de escassez da moeda estrangeira, permitindo a prática de uma taxa de câmbio não muito oscilatória, quando comparada com a que é praticada pelos clientes comuns, e que não tem relações de confiança com os livre-cambistas.

Este processo da conversão da moeda informalmente, dentre outros aspectos, propicia a fraca bancarização do comércio informal, pelo fato deste exigir a circulação do dinheiro físico, algo que seria bastante difícil caso os valores estivessem depositados nos bancos, pois, os entrevistados informaram que usam dinheiro físico que guardam consigo nas suas residências, para poder facilitar o processo de conversão da moeda. As histórias de vida contadas pelas entrevistadas têm uma tendência comum de apresentar uma evolução das praticantes do comércio informal, que partem de um capital reduzido, inicialmente, e acabam se tornando grandes empresárias. Tal questão se explica, talvez, pelo não pagamento dos impostos e outras taxas, continuando com as mesmas práticas desde o tempo que eram micro-importadoras. O não pagamento dos impostos e outras taxas tem sido um fator que lhes permite a maximização dos seus lucros, fato que é corroborado por Tsikata (2009) ao afirmar que as mulheres se envolveram na prática do comércio transfronteiriço devido à falta de oportunidades de emprego, e que a atividade comercial informal lhes retirou do pequeno comércio informal de produtos agrícolas, frutas, auxiliares das bancas ou barracas e se tornaram mulheres empreendedoras no comércio informal transfronteiriço.

Pelo exposto acima, foi possível notar que o comércio informal transfronteiriço gera renda que possibilita formas de emponderamento das mulheres e das suas famílias, garantido as suas autonomias e lhes possibilitando a aquisição de bens de prestígio. O estudo permitiu ainda constatar que o encontro entre a sociedade *tsonga* patrilinear e a sociedade portuguesa patrilocal, nos finais do séc. XIX, no que diz respeito às atividades econômicas, foram marcadas pelo gênero e dominadas por uma ordem sociocultural de homens ou masculina, o que excluiu a

mulher do mercado de trabalho. O comércio informal transfronteiriço veio a representar uma fonte alternativa de emprego e de rendimento para muitas mulheres que não tinham acesso ao emprego formal.

5. Conclusão

Este estudo descreveu a prática do comércio informal transfronteiriço envolvendo homens e mulheres dos distritos de Homoine, Massinga, Morrumbene e Maxixe, baseado nas histórias de vida das envolvidas, sendo descrito o processo da prática do comércio informal na zona rural e as suas implicações no meio local e na vida dos seus praticantes. Foram descritos ainda os procedimentos adotados pelos envolvidos, desde as suas motivações para a prática desta atividade, sua partida dos locais de comercialização até os diversos destinos onde eles efetuam as suas compras. Também foram discutidos os diversos mecanismos adotados para a travessia da fronteira, tanto na ida quanto na volta, o processo de fuga ao fisco e a facilitação que eles têm com os agentes alfandegários e o papel desempenhado pelos motoristas das viaturas que os transportam para a facilitação da travessia das mercadorias, e dos comerciantes sem os passaportes, assim como o seu papel de acompanhantes nos mercados onde são efetuadas as compras.

O estudo descreveu ainda as principais mercadorias que os comerciantes informais trazem da África do Sul, o processo de venda aos comerciantes formais, que contribui para a formalização do informal, pois os comerciantes informais transfronteiriços têm como parte do seu mercado os grandes agentes econômicos que exercem a atividade comercial formalmente. Foram ainda descritos as categorias dos comerciantes informais e as contribuições que sua atividade resulta nas transformações econômicas e sociais no meio rural, principalmente na vida das mulheres. Estas são as principais agentes envolvidas nesta atividade, com destaque para a quebra do patriarcado que marcou as relações sociais no sul de Moçambique, tal como as transformações das relações de gênero, caracterizadas pela passagem das mulheres de “fadas do lar”, “praticantes da agricultura de subsistência”, “reprodutoras”, para a condição de “provedoras de recursos necessários para o sustento familiar”.

O conteúdo explorado ao longo da pesquisa permitiu mostrar como é que as novas relações entre Moçambique e África do Sul, influenciadas pelas dinâmicas econômicas nos dois países, alteraram a história das migrações dos moçambicanos. Esta, neste sentido, deixa de estar orientada para o setor mineiro, tal como vinha acontecendo deste os anos 1850, devido ao aumento do número de jovens que vão à busca de outras oportunidades com destaque para o setor do comércio informal. Ao longo do estudo, mostrou-se que a atividade do comércio

informal intensificou bastante depois de 1992, ano da assinatura do Acordo Geral da Paz, que marcou o fim da Guerra Civil em Moçambique, uma vez que a maior parte das pessoas deslocadas não mais saiu dos centros urbanos para onde se tinham deslocado, e consequentemente aumentaram a pressão sobre os recursos disponíveis.

Foi possível ainda constatar que a emergência e desenvolvimento do comércio transfronteiriço foi consequência da evolução do pequeno comércio iniciado durante os anos da crise ecológica, e no auge da guerra civil que compreende os anos de 1883 até 1987/8, em que toda a zona rural esteve praticamente abandonada e as populações tiveram que buscar alternativas de sobrevivência em substituição da agricultura. As autoridades governamentais do local do estudo compreendem os praticantes do comércio informal como elementos que garantem a subsistência e crescimento econômico local, uma vez que fazem o pagamento das taxas de exercício das suas atividades, ajudam nas poupanças familiares devido a prática de preços baixos nas suas mercadorias, e possuem um elevado nível de disponibilidade das mesmas. Tal questão tem se verificado durante as quadras festivas, que há tendências de esgotamento de produtos básicos, tais como o frango e seus derivados, ovos, cebola, batata-reno entre vários outros, pelo que as importações dos informais são um elemento muito importante na provisão dos produtos.

Pese embora o contributo inestimável trazido pelos comerciantes informais no local de estudo, foi possível perceber que o processo de pagamento de taxas continua a ser muito lesivo ao Estado, pelo fato das taxas cobradas serem pela atividade e não pelas mercadorias, no qual se destacou o caos dos vendedores de acessórios de viaturas que têm mercadorias muito valiosas e que não pagam as taxas de acordo com o valor das suas mercadorias, mas sim pela exploração dos estabelecimentos, cujos valores são relativamente muito reduzidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Joelma. **A cultura migratória na África Ocidental: Continuidades e Rupturas no período pós-independência**. Lisboa, CEA-ISCTE, 2011.

BLUMBERG, Rae Lesser et al., **Women cross Border traders in southern Africa: contributions, constraints and opportunities in Malawi and Botswana**, USAID, 2000.

CHICHAVA, José António da Conceição: **Os Mega-Projetos e o Seu Papel na Indução de Pequenos e Médios Negócios em Moçambique**, MAPUTO, Março de 2013.

CHIPENEMBE, Maria Judite Mário. **O Papel do Estado na Regulação da Economia em Moçambique (1987-1999)**, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, 2004.

CONCEIÇÃO, Francisco da. **Implicações Políticas da Cooperação Internacional Para o Desenvolvimento em Moçambique: Da Solidariedade Socialista a Trajectória Tradicional do Norte à Experiência Emergente do Sul (1975-2013)**, Rio de Janeiro, 2015.

CRUSH, Jonathan: **Migration in Southern Africa**. Cape Town, UCT and Quens University, 2005.

DODSON, Belinda. **Women on the Move: Gender and Cross Border Migration to South Africa**, nr 9, SAMP, 1998.

JAIROCE, Jorge Fernando. **A mulher e o comércio informal transfronteiriço, vulgo Mukhero no Sul de Moçambique. Casos das fronteiras de Namahacha e de Ressano Garcia 1984-2016**, Tese (Doutorado em História) Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do rio Grande do Sul-UFRGS, Porto Alegre, 2016.

JUNIOR, António. **A Contribuição do Comércio Transfronteiriço no Desenvolvimento Local: O Caso do Distrito de Muidumbe**, Maputo, 2014.

KALPANA, Hiralal. Women and migration-Challenges and constraints-a south Africa Perspective. **Nordic Journal of African Studies**, p. 279-315, 2017. Nr 12.Vol.1

LAVOR. Rafael Dias. **Transformações Económicas na África do Sul: As Políticas Económicas nos Primeiros 10 anos Pós-Apartheid**, Joanesburgo, Unisa, 2017.

MAYISELA, Nokuphumula Z. **The Lived Experience of Women Involved in Cross Border Trade**. Dissertação (Mester in Gender Studies), Department of Sociology, University of Pretoria, Pretoria, 2015.

MUANAMOHA, Ramos Cardoso. **The Dynamics of Indocumented Mozambican Labour Migration to South Africa**, Tese (Doctorate in Philosophy in Population Studies) School of Development Studies, University of Kwazulu Natal - UKZN, Durban, 2008.

MUNGOI, Dulce Maria Domingos Chale João. **Identidades Viajeiras, Família e Transnacionalismo no Contexto da Experiência Migratória de Moçambicanos para as Minas da Terra do Rand-África do Sul**, Tese (Doutorado em Antropologia Social) Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade do rio Grande do Sul-UFRGS, Porto Alegre, 2010.

OUCHU, John. **Migration in Southern Africa. Migration Management Initiatives for SADC Member States**. Nairobi, University of Nairobi, January 2007.

PATRICIO, Gonçalves. **A migração Internacional e o Processo de Desenvolvimento na Região Norte: Caso de Estudo da Província de Nampula**, Tese (Doutorado em Estudos de Desenvolvimento), Universidade de Lisboa- ISEG, Lisboa, 2015.

PATRICIO, Gonçalves. Moçambique: Compulsando as migrações internas e internacionais, (**Inter Espaço**), vol 2, nr 5, Grajau, p. 28-53, 2016.

VLETTER, Fion de. Migration and Development in Mozambique: poverty, inequality and survival: (**SAMP**) vol 24, nr 1, p. 38-67, 2007.

YUSSUF, Olabisi. **Gender Dimensions of Informal Cross Border Trade in West African sub Region (ECOWAS) Borders**, Lagos, Lagos University, 2019.

Recebido em: 10/03/2021

Aprovado em: 16/06/2021